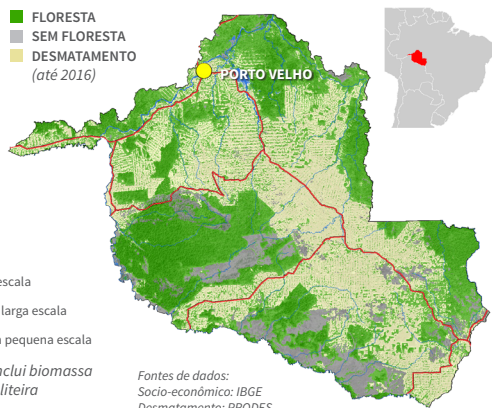




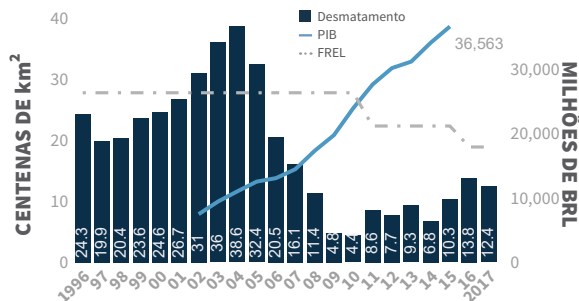
DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXA EMISSÃO (DRBE) EM RESUMO

- 1º estado a rever o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) de forma a se alinhar ao novo Código Florestal Brasileiro
- Alto interesse em expandir e proteger as Unidades de Conservação (UCs) estaduais, especialmente sob a liderança da atual administração
- Políticas ambientais estaduais geralmente priorizam os impactos sociais e a biodiversidade em detrimento da redução de emissões
- Uso da terra para a produção de soja (principal cultura que contribui para a mudança no uso da terra) tem aumentado de forma constante em áreas anteriormente degradadas (mais de 20x desde 2000)
- Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES) desenvolvido com representantes de todas as agências do governo estadual assegura a participação e o alinhamento de todos os setores

MOTORES DE DESMATAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> Pecuária bovina de pequena escala Extração ilegal de madeira de larga escala Extração ilegal de madeira em pequena escala
MÉDIA ANUAL DE EMISSÕES DE DESMATAMENTO	42,73 Mt CO ₂ (2010-2015) <i>Inclui biomassa aérea, biomassa subterrânea e liteira</i>
ÁREA	237.591 km ²
POPULAÇÃO	1.831.272 (2018)
IDH	69,00 (2010)
PIB	US\$ 10,03 bilhões (2015, Ano base 2010)
GINI	0,452 (2015)
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	<ul style="list-style-type: none"> Serviços públicos Comércio Serviços
POPULAÇÃO RURAL/URBANA	24%/76%



Fontes de dados: Socio-econômico: IBGE
Desmatamento: PRODES



DESTAQUE EM INOVAÇÃO

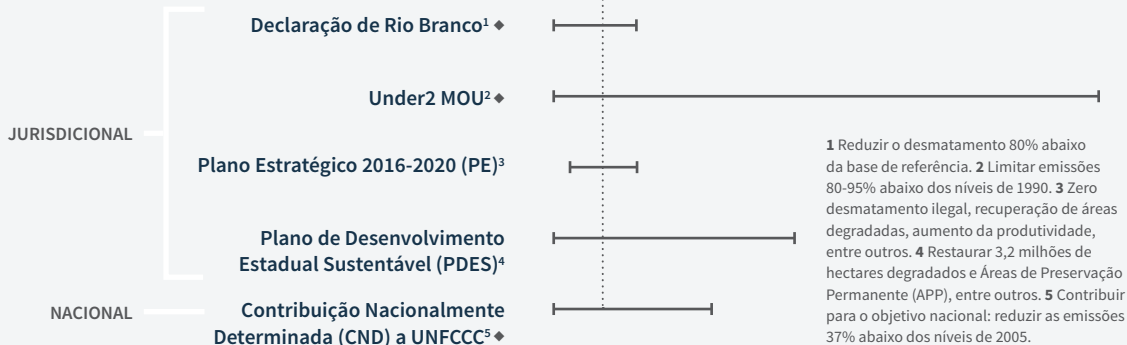
O Código Florestal (CF) brasileiro de 2012, aplicado nos estados através do uso de ferramentas como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sistemas de ZEE, entra outras, visa proteger a vegetação nativa em assentamentos rurais e promover o desenvolvimento sustentável em todo o país. Cada estado deve atualizar seu ZEE em conformidade com o CF, e isso fortalecerá as regulamentações estaduais de uso da terra. **Rondônia é pioneiro na atualização de seu ZEE estadual de modo a se alinhar ao CF**, por meio do uso de uma abordagem multiatores através de workshops realizados em sete municípios do estado, os quais são considerados microrregiões estaduais, além de uma audiência pública. A revisão do ZEE de Rondônia cria 11 novas UCs (abrangendo 600.000 hectares), exemplificando dedicação aos esforços de conservação (no entanto, esse número ainda não é definitivo). Em Rondônia, o ZEE serve como orientação para todas

as políticas de desenvolvimento em nível estadual, incluindo o PDES, trabalhando em sinergia com o PDES para contribuir no alinhamento de setores potencialmente conflitantes dentro do governo estadual. Por exemplo, antes da aprovação, o estado exige que os orçamentos setoriais estejam em conformidade com o PDES, o qual consulta o ZEE para requisitos de zoneamento e proteção. Esse sistema garante que o mínimo de conflitos ocorra entre, por exemplo, setores da agricultura e do meio ambiente. Como as questões relacionadas ao alinhamento setorial têm sido uma barreira para o contínuo desenvolvimento e implementação de políticas de DRBE em Rondônia – como é o caso da PGSA –, esses requisitos visam desafios específicos relevantes no estado e são um indicativo positivo da continuidade segura dos programas de DRBE no futuro.

LINHA DO TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES

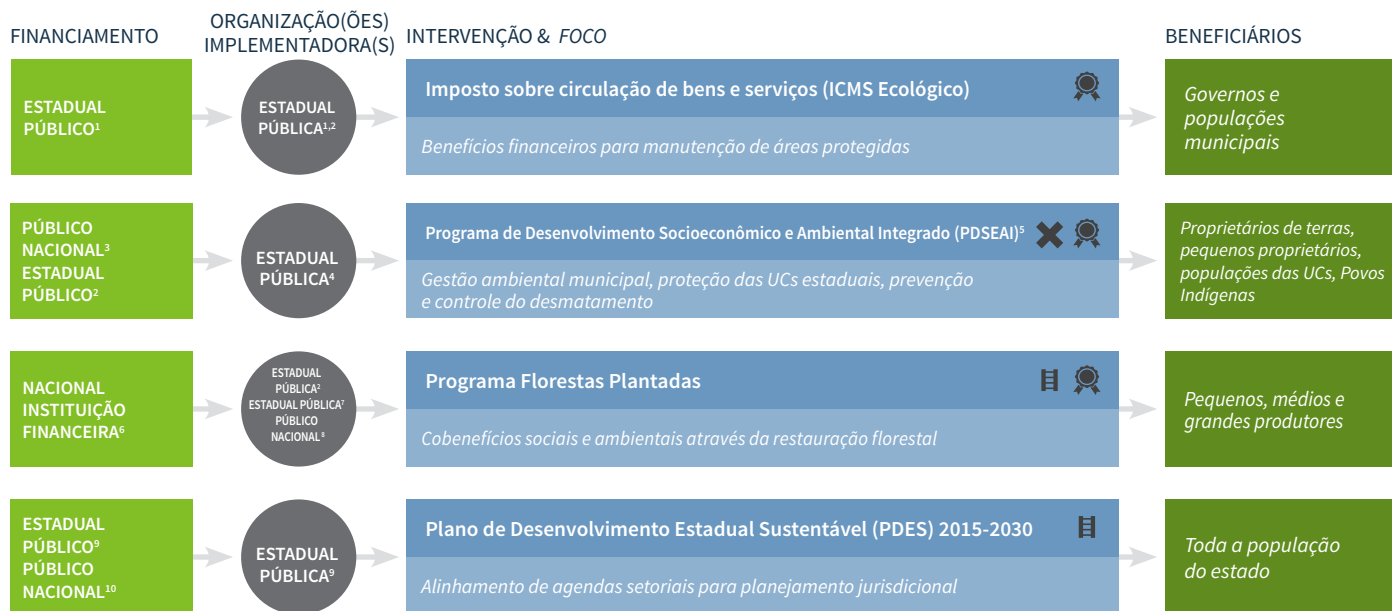


COMPROMISSOS



1 Reduzir o desmatamento 80% abaixo da base de referência. 2 Limitar emissões 80-95% abaixo dos níveis de 1990. 3 Zero desmatamento ilegal, recuperação de áreas degradadas, aumento da produtividade, entre outros. 4 Restaurar 3,2 milhões de hectares degradados e Áreas de Preservação Permanente (APP), entre outros. 5 Contribuir para o objetivo nacional: reduzir as emissões 37% abaixo dos níveis de 2005.

INTERVENÇÕES-CHAVE ✕ DESINCENTIVOS 📊 MEDIDAS ESTRUTURANTES 🏆 INCENTIVOS



1 Secretaria de Estados de Finanças (SEFIN). 2 SEDAM. 3 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Fundo Amazônia. 4 Grupo de Trabalho Transitório da SEDAM. 5 Main Project activities of PDSEAI (ending 2018) will continue with financial support from Global Environmental Facility. 6 Banco da Amazônia (BASA), Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). 7 Instituto Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). 8 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). 9 SEDAM, SEFIN, SEPOG, SEAE, SEAGRI e outras agências estaduais. 10 Ministério da Integração Nacional

PROGRESSO RUMO À SUSTENTABILIDADE JURISDICIONAL

🟡 RECENTE 🟠 INTERMEDIÁRIO 🟢 AVANÇADO

Estratégia integrada de DRBE	🟢	<ul style="list-style-type: none"> ZEE e PDES orientam o planejamento e desenvolvimento jurisdicional PDSEAI consolida a legislação ambiental para avançar o DRBE jurisdicional; principais atividades do programa continuarão após o término do projeto (2018), com financiamento do GEF
Plano espacial	🟡	<ul style="list-style-type: none"> ZEE em processo de atualização consultiva para alinhar-se ao Código Florestal Brasileiro ZEE descreve alternativas sustentáveis para produção agrícola e manejo florestal, monitoramento e controle do meio ambiente, posse da terra e regularização; entretanto, o fiel cumprimento do ZEE é limitado
Metas de desempenho	🟡	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento (PPCASD) inclui metas de aumento zero para desmatamento, proteção e gestão de territórios de Povos Indígenas, UCs e propriedades rurais
Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV)	🟡	<ul style="list-style-type: none"> Dados nacionais de desmatamento disponíveis publicamente (PRODES e DETER) Plataforma governamental (Agenda de Resultados Integrados - AGIR) monitora os resultados dos programas públicos estaduais e revisa as metas; dados geralmente internos
Políticas e incentivos	🟡	<ul style="list-style-type: none"> PPCASD sob revisão para identificar resultados e promulgar novo plano Política de Governança Climática e Serviços Ambientais (PGSA) propõe um sistema estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); política se encontra pendente de finalização/aprovação há alguns anos
Governança multiatores	🟡	<ul style="list-style-type: none"> Múltiplos fóruns estaduais multiatores operando como órgãos de governança legal CONSEPA – órgão consultivo para decisões de política ambiental – inclui representantes de governos federais e estaduais, ONGs, setores privados e produtivos
Agropecuária sustentável	🟡	<ul style="list-style-type: none"> PDES estabelece implementação estadual do Plano Nacional de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) até 2020 Falta de políticas para lidar com os principais motores de desmatamento
Povos Indígenas e comunidades locais	🟡	<ul style="list-style-type: none"> Baixa capacidade de aplicação/fiscalização do cumprimento de políticas ameaça direitos dos Povos Indígenas Programa de Coordenadoria dos Povos Indígenas (COPIR), órgão oficial de governança do estado, incorpora as perspectivas dos Povos Indígenas na formulação de políticas
Financiamento do DRBE	🟡	<ul style="list-style-type: none"> Financiamento inadequado do governo federal no apoio às atividades lideradas pelo estado Cumprimento do Código Florestal fomentará o envolvimento com o governo federal para o desenvolvimento de mecanismos de PSA

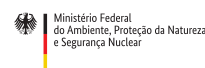
CITAÇÃO | T. Bezerra e O. David. 2018. “Rondônia, Brasil” em C. Stickler et al. (Eds.), *O Estado de Sustentabilidade Jurisdicional*. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonésia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

REFERÊNCIAS COMPLETAS E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability 2018/10/22

EQUIPE TÉCNICA



COM O APOIO DO



com base em uma decisão do Parlamento Alemão

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESAFIOS

- Baixos níveis de educação e fatores culturais (ex.: coivara (corte e queima) e resistência à mudança de práticas) → baixa compreensão dos benefícios da redução do desmatamento
- Prioridades conflitantes dentro do governo estadual atrasaram a implementação de políticas (ex.: PGSA)
- Recursos insuficientes para fazer cumprir as políticas ambientais
- Produtores e setor privado poderiam estar mais engajados na agenda ambiental estadual
- Aumento necessário do investimento em tecnologia para promover mudanças sustentáveis no setor agrícola

OPORTUNIDADES

- A implementação estadual do programa ABC aumentará o envolvimento do governo com os produtores de gado e o acesso de produtores ao crédito para práticas sustentáveis
- Aprovação e implementação da atualização do ZEE suportarão um melhor gerenciamento e fiscalização do uso da terra, bem como o desenvolvimento de sistemas de PSA
- A possível de melhoria na implementação de políticas e programas existentes, dependerá dos resultados das eleições estaduais em 2018